

Para citar este texto:

Santos, C.D. & Weber, L.N.D. (2005). O que leva uma mãe a abandonar um filho? Em H. Guilhardi & N.C. Aguirre (Orgs.), *Psicologia, Comportamento e Cognição* V. 15 (pp; 133-146). Santo André: ESEtec.

O QUE LEVA UMA MÃE A ABANDONAR UM FILHO? ¹

Carolina Duarte dos Santos ²

Lidia Natalia Dobrianskyj Weber ³

Resumo

Em todos os tempos, culturas e civilizações sempre existiram e sempre existirão mães que, por determinadas razões, abandonam os seus filhos. A literatura pouco as priorizou e entendeu suas histórias, porém a significativa frequência de abandonos realizados, incitou ao estudo dessas mães abandonantes e de suas subjacentes considerações. Logo, a presente pesquisa objetivou conhecer e identificar alguns dos fatores, sejam pessoais, familiares e/ou sociais, que influenciaram as mães a abandonar seu(s) filho(s). Assim, além do foco às variáveis comuns nas histórias dessas mães, visou-se avaliar a qualidade da interação familiar a que elas foram submetidas em suas infâncias, tendo em vista o reconhecido pela literatura, de maneira empírica, que enfatizou as experiências da mãe em sua família de origem como um dos determinantes à sua maternagem futura. Para tanto, buscou-se mães que abandonaram seu(s) filho(s), através de uma amostra intencional, e ainda solicitou-se outras mães, indicadas pelas abandonantes, porém sem história de abandono, para verificar semelhanças e distinções entre suas experiências de vida e entre a qualidade de suas interações familiares em outrora. Cada grupo foi composto por 21 mães, totalizando 42 participantes. Fez-se uso de um roteiro de entrevista semi-estruturado e das Escalas de Qualidade de Interação Familiar, de autoria de Weber, Brandenburg e Viezzer (2003a). Por conseguinte, os dados foram analisados através dos métodos qualitativo e quantitativo, que permitiram a caracterização de ambos os grupos. As mães abandonantes tinham menos de 20 anos quando abandonaram seu primeiro filho, na maternidade; afirmaram o incentivo do companheiro aos abandonos cometidos, bem como, alegaram a precária condição financeira como justificativa ao abandono. Essas mães, quando comparadas com as mães que não abandonaram, foram filhas abandonadas, ou seja, inseridas em uma infância marcada por maus tratos e negligência parental.

Revisão de Literatura

O abandono de crianças foi permitido e tolerado desde tempos remotos. Abandonar crianças é um fenômeno de todos os tempos. Variaram, apenas, as motivações, as circunstâncias, as causas, as intensidades, as atitudes em face do fato amplamente praticado e aceito.

Além de raros, os estudos existentes sobre a mãe que abandona, geralmente, são estudos de casos. Os pesquisadores e os autores que têm se debruçado sobre o vasto tema examinaram a vida e a experiência de filhos abandonados e pais que os criam, pouco se conhece sobre os doadores, os quais constituem uma legião de desconhecidos nesse cenário onde todos parecem compactuar com o silêncio.

Segundo Weber (2000), é no contexto de pobreza de parte do Brasil que se encontra a maioria dos casos de abandono de crianças: o abandono tanto pela a negligência quanto o abandono nas ruas, lixos e maternidades. No Brasil, o fenômeno está fortemente associado à proibição legal do aborto, à miséria, à falta de esclarecimento à população, à falta de amparo familiar... Uma pesquisa realizada por Weber (2004) revela que a maioria dos abandonos se dá por mães jovens (entre 15 e 20 anos), solteiras, com dificuldades financeiras, sem apoio do parceiro e da família. Para Becker (1994), Weber e Kossobudzki (1996) e Weber (2000), as mães abandonantes no Brasil são, em sua maioria absoluta, mães excluídas. Elas abandonam porque são abandonadas pela as políticas públicas e pela a sociedade. Por conseguinte, Motta (2001) e

¹ Parte da Dissertação do Programa de Mestrado em Psicologia da Infância e da Adolescência da UFPR da primeira autora, orientada pela segunda autora.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR.

³ Professora do Curso de graduação em Psicologia e de Pós-Graduação em Educação da UFPR. Coordenado do Núcleo de Análise do Comportamento e do Projeto Criança: Desenvolvimento, Educação e Cidadania.

Watanabe (2002) consideram que o padrão de apego e de cuidador característicos de cada mulher são fatores de peso na decisão de entrega ou não da criança, independentemente da situação econômica que esteja sendo vivida, ou de quaisquer outras situações adversas.

Atualmente tem-se conhecimento que o abandono é um problema que atinge tragicamente as sociedades. Pouco se estuda, porém é de extrema importância que seja conceituado e compreendido, visando a encontrar novas formas de ação para prevenção e solução do problema.

O Abandono na História

Sabe-se da existência de casos de abandono de crianças em praticamente todas as grandes civilizações da Antiguidade. Na tradição judaica, dois exemplos fortes e centrais de abandono de bebês são de todos conhecidos e aparecem nas escrituras do Antigo Testamento – Ismael e Moisés. Na Bíblia, bem como no Talmude, há numerosas alusões ao abandono de bebês, o que mostra a frequência do costume. Outrossim, a mitologia e a filosofia fazem menção a inúmeros casos de abandono. É válido ressaltar o divulgado abandono de Édipo, filho de Laio e Jocasta. Júpiter, deus da Luz, foi igualmente abandonado por seus pais ao nascer, assim como Hércules e Esculápio (filho de Apolo). Com efeito, os filósofos outorgaram com certa recorrência ao tema como Platão, em *A República* e Aristóteles, na sua *Política* (Marcílio, 1998).

Informalmente, o abandono foi comum até o final da Idade Média – período em que a criança era reconhecida como um grupo de segunda categoria - um ser imperfeito que necessitava sair deste estado infantil para merecer algum respeito, tão desvalioso que seu estudo se afigurava como desnecessário, frívolo e desprovido de cientificidade (Roig & Ochotorena, 1993 e Trindade, 1999). Segundo Áries (1981), o sentimento de família era desconhecido na Idade Média.

O processo de mudanças começou na Itália ao longo dos séculos XV e XVI. Foram, então, criados pequenos hospitais para expostos. O nome Roda – dado à casa dos expostos – provém do dispositivo de madeira onde se colocava o bebê. A origem desses cilindros rotatórios vinha dos mosteiros e conventos medievais, usados para evitar o contato dos religiosos com o mundo exterior (Marcílio, 1998). O ardor moralista via na Roda uma forma de defesa dos bons costumes e da família. À vista disso, Gonçalves (1987) mostrou que os asilos de “enfeitados” atingiam a condição de reguladores dos possíveis “desvios” familiares. Lá reuniam-se os filhos de uniões ilegítimas, os que não possuíam história, os sem família, que encontravam na Roda um lugar de socorro e acolhida. Somente a partir do século XVII apercebeu-se maior aproximação da família e das crianças.

A mortalidade sempre fora elevada nessas instituições de abandonados. Segundo Trindade (1999), 20% das crianças morriam ao chegar; 30% no final do primeiro ano de vida e 32% sobreviviam até os cinco anos. Weber (2000) fez notar que o abandono através das Rodas, indubitavelmente, era um infanticídio em longo prazo, pois a maioria não sobrevivia. No final do século XIX, como relevou Marcílio (1998), as Rodas praticamente desapareceram da Europa, enquanto no Brasil elas foram criadas a partir do século 18 e durante um século e meio foram a única ação de proteção à criança abandonada. A Roda dos Enfeitados no Brasil existiu até 1950, o último país do mundo a acabar com ela. O Brasil, apesar de ter sido o último país a acabar com a escravidão e com a Roda dos Expostos, foi antecessor em criar uma lei específica para crianças e adolescentes após a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, em 1989. Weber (1999), portanto, salientou a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 - um avanço cernente à proteção à infância, fruto da mobilização da sociedade civil.

É importante mencionar que há grandes dificuldades em encontrar estudos sobre o abandono no Brasil, devido à ausência de registros e à falta de domínio da escrita nos tempos remotos. Segundo Trindade (1999), o alto índice de analfabetismo e a dependência administrativa até as primeiras décadas do século XIX pontuavam com grandes lacunas as fontes tradicionalmente utilizadas para a história do Brasil. O ato de expor os filhos, como mostrou Marcílio (1998), foi introduzido no Brasil pelos brancos europeus – os índios não abandonavam os próprios filhos. Ademais, a perpetração do abandono circunscrevia-se ao espaço urbano, como apontou Trindade (1999). O abandono de crianças raramente ocorria no meio rural, onde a força de trabalho familiar ocupava fundamental papel na sobrevivência da unidade doméstica. Já na cidade, como Motta (2001) trouxe à tona, o trabalho infantil tinha pouco valor, tendo em vista que as atividades ou eram artesanais, e geralmente exigiam especialização profissional, ou demandavam força física.

No século XVIII o abandono e a mortalidade infantil cresceram rapidamente, manifestando-se onerosos ao Estado. A solução vista foi criar meios para erradicá-los. Assim, segundo Marcílio (1998) e Trindade (1999), novas estratégias foram adotadas, conscientizando as mães a não abandonarem as suas crianças. Toda a mãe deveria amamentar e cuidar de seu filho, mantendo-o junto de si, até que se tornasse capaz e independente. Ora, como fez notar Badinter (1985), dava-se início à valorização da criança.

Por conseguinte, o século XIX – caracterizado pelo o crescimento da vida urbana e desenvolvimento industrial – exibiu um peculiar aumento de crianças abandonadas. Assim, a mulher do século XIX foi induzida a aceitar, com maior ou menor rapidez, o papel de boa mãe. Este século foi marcado

como a era das provas de amor, onde o bebê e a criança transformaram-se nos objetos privilegiados da atenção materna. O abandono passou então a ser considerado um ato de depravação dos costumes. Contudo, foi no século XX que esta concepção alcançou seu ápice, transformando o conceito de responsabilidade materna ao de culpa. Da responsabilidade à culpa, como apontou a autora, foi apenas um passo, devido à exaltação à nobreza das tarefas maternantes, as quais eram capazes de condenar as que não a realizavam perfeitamente. As mulheres mais engajadas em sua condição de mãe aceitaram com alegria carregar este fardo. Porém as outras, mais numerosas que se podia supor, não puderam, sem angústia e culpa, distanciar-se do novo papel imposto. A boa mãe era terna, ou não era boa mãe. Não amar os filhos presumia crime imperdoável (Badinter, 1985). Em suma, foi assim que a maternidade se tornou o que é hoje: um dos estados humanos mais naturais, e um dos mais policiados, uma responsabilidade única da mulher; não apenas um dever, mas uma vocação altamente idealizada, cercada de emoção por todos os lados.

Como preconizou Hart (1991), a criança abandonada, sob os olhos da lei, destacou-se no século XX, prevalecendo sobre ela um olhar de preocupação. Eis, portanto, completado o processo de metamorfose que transformou as crianças inocentes e desprotegidas em menores que deviam ser salvos e formados para exercer seus papéis de futuros cidadãos. Ao contrário de períodos anteriores, observou-se uma prática diferenciada de atendimento à criança, na qual a assistência foi apenas um traço tênue e a educação foi tornando-se fundamental.

É impreterível noticiar com ênfase os dados concernentes ao ponto de vista demográfico. A história mostrou um abandono superior de meninas que meninos. Porém, a pesquisa de Sherr e Hackman (2002), realizada na Europa, evidencia que tal dado não se mantém. As pesquisadoras afirmaram que a estimativa reverteu-se, ou seja, mais meninos estão sendo abandonados.

A Mãe que Abandona

A retórica da maternidade encontra-se intocada por tanto tempo que se exhibe entrelaçada no tecido da consciência social. Expostas contra a luz, aparecem as pautas que estão por detrás das crenças e suposições acerca da maternidade contemporânea, quer suas raízes estejam na cultura popular, nos achados supostamente científicos, nos fatos historicamente aceitos, ou no legado da tradição. Ao destacar a mãe que abandona seu filho, vê-se necessário retratar a maternidade, no que tange a sua concepção histórica e social propriamente dita, para um global entendimento da situação do abandono. Assim, em primeira análise concebem-se as falhas naquilo que é apresentado como verdade cristalina à maternagem e, consecutivamente, aos padrões formados por essas falhas. Por fim, tornam-se evidentes os mitos criados sobre a maternidade e como esses refratam através dos muitos prismas da cultura e através do próprio tempo.

Muitos biólogos comportamentais, segundo Chodorow (1990) e Hrdy (2001), partiram do princípio de que a mulher normal é sempre uma mãe. Tal premissa embasou-se na fisiologia feminina que possibilita à mulher procriar e, portanto, quem pode melhor maternar. Deste modo, qualquer relutância ou falha em cuidar da prole, qualquer desvio da energia da mãe para outras atividades era visto como patológico.

É sabido que o mito da “boa mãe” sempre foi eficaz aos costumes familiares e à distribuição de papéis. Como enfatizou Forna (1999), Giberti, Chavanneau de Gore e Taborda (1997) e Motta (2001), este é um dado sociológico raramente questionado e cuja importância é capital para a estruturação de um grupo humano.

Fonseca (1995) alegou - em detrimento à concepção da fisiologia feminina como indutiva à progenitura - que a maternidade, enquanto primordial ocupação da mulher, ocorre em razão ao acordo tácito entre os cônjuges, onde cabe à mulher gerar os filhos em troca do sustento econômico do marido. Não obstante, segundo Hrdy (2001), desde os países contemporâneos - em que as mulheres vivem num estado de liberação ecológica, não mais obrigadas a forragear seu alimento dia após dia para manterem-se vivas e com uma ampla gama de opções reprodutivas - até as outras regiões do mundo onde são menos afortunadas, as mulheres estão constantemente fazendo trocas entre subsistência e reprodução. Como a autora argüiu, o filósofo social Herbert Spencer já referia à divisão do trabalho por sexo, assentando que cabia aos homens produzir e às mulheres meramente reproduzir. Chodorow (1990), similarmente, fez menção que o “gerar e cuidar das crianças é um dos poucos elementos universais e duradouros da divisão de trabalho por sexo” (p. 17). À mulher era oferecida a escolha: ser a “boa mãe”, socialmente esperada, ou então, tornar-se a “mãe irresponsável”. Logo, estudos de casos históricos, etnográficos e demográficos confirmaram a existência de muitas mães que não cuidaram instintivamente de sua progênie. Indubitavelmente, a escolha dessas mulheres pôs em análise os argumentos essencialistas acerca das mães geneticamente programadas para criar seus filhos. Assim, abarcou-se a idéia de que o amor materno é um sentimento socialmente construído sem qualquer base biológica.

Com efeito, é de valia enfatizar que a relação materno-filial está determinada, desde seu começo, por diversas influências psicológicas do desenvolvimento da própria infância, educação e ambiente cultural

da mãe, como pesquisou Bonomi (2002). A vista disso, fundamenta-se: essa é uma das razões do referido não querer maternar.

A mãe que abandona é incluída na categoria “deixou seu filho”. Mas é preciso considerar e discernir as diferentes modalidades dessa separação. Dizer que a mãe simplesmente não quer seu filho pode ser uma afirmação apriorística. A decisão de abandonar um filho pode significar, para a mulher, aceitar a impossibilidade de criá-lo, ou sua rejeição a ela ou a frustração de seu amor e desejo maternantes. Entretanto, Becker (1994) reconheceu que há mulheres que não se dispõem à progeneritura. Para a autora, a rejeição ao filho é real e manifesta e a manutenção de um vínculo colocaria em risco o desenvolvimento da própria criança.

Assim, observa-se que se o amor materno fosse instintivo todas as mães normais deveriam ser amorosas. E o que se examina é que em todos os tempos houve mães amantes, porém, de modo algum, foi apanágio universal.

As Causas do Abandono

A maioria das mães abandona seu filho já na maternidade e desaparecem, comprovando, segundo Weber (2000), ser esta a prática mais comum em casos de abandono. À ótica social, as causas maternas sempre serão frívolas frente ao ato praticado. Roig e Ochotorena (1993) fizeram menção a suposta presença de transtornos psiquiátricos na mãe que abandona seu rebento. No entanto, os autores refutaram essa hipótese e assinalaram a existência de inúmeros casos de abandono de filhos sem qualquer alteração psicopatológica materna.

As diversas causas do abandono, para Pouchard (1997), necessitam que a realidade se imponha. A autora motiva o desamparo e a miséria, acreditando que, geralmente, trata-se de situações dramáticas em que os pais biológicos não têm muitas oportunidades. Weber (1999) tornou saliente, em face à realidade da mãe abandonante - a qual se insere, muitas vezes, na parcela populacional submetida à exclusão, à miséria e à violência - que esta genitora crê que o abandono é o melhor que ela pode estar fazendo por sua prole.

É importante propalar o revelado por Lipps (2002), Pouchard (1997) e Watanabe (2002) que supõem às mães com histórias de abandono e negligência em suas vidas pregressas constituintes do grupo que conduz tal característica às suas experiências maternantes. Trata-se de um círculo vicioso, em que o drama do abandono se reproduz de geração em geração. Como salientou Weber (1999): o abandonado abandona. Referindo-se a essa repetição da história, Bowlby (1998) enfatiza que as perdas e as separações das mães vividas na infância são fatores relevantes nos processos de abandono de seus filhos na vida adulta.

Com efeito, deve-se acrescentar o conceito de estilo parental, o qual encaixa-se a esta causa de abandono materno. O estilo parental consiste no conjunto de manifestações dos pais em direção a seus filhos, que caracteriza a natureza da interação entre esses (Reppold, Pacheco, Bardagi & Hutz, 2002). O estilo é o contexto dentro do qual operam esforços dos progenitores para socializar os seus filhos de acordo com as suas crenças e valores (Oliveira, 2002). Ele pode ser entendido como o clima emocional que perpassa as atitudes dos pais, cujo efeito é o de alterar a eficácia de exercícios disciplinares específicos, além de influenciar a abertura ou predisposição da prole para a socialização, como mencionou Darling e Steinberg (1993).

As pesquisas em estilos parentais abordam o quanto os pais são exigentes e o quanto eles são responsivos para com os seus filhos, deixando de considerar outros aspectos importantes como o relacionamento afetivo, o clima conjugal e o sentimento dos filhos. Diante disso, Weber, Brandenburg e Viezzer (2003a), com o intuito de ampliar o estudo das relações entre pais e filhos, elaboraram dimensões sobre diversas práticas parentais que permitem medir os comportamentos específicos dos pais, e, principalmente, fornecer uma avaliação global da qualidade de interação familiar.

Weber e cols. (2003a) ressaltaram que a interação familiar tem especial importância no processo de formação de qualquer indivíduo. Ora pois, acredita-se que a qualidade da interação familiar a que as mães que abandonaram os seus filhos foram submetidas em suas infâncias foi um dos principais determinantes para o abandono de suas crianças.

Todavia, indubitavelmente, investigar o real comportamento de pais é de difícil acesso. É notável, em muitas pesquisas, que eles são, em suma, os seus próprios examinadores, porém, deve-se considerar que assim, há maior risco de relatarem os seus comportamentos conforme a conveniência social (Holden & Edwards, 1989). Por conseguinte, outra forma de pesquisar as interações entre pais e filhos é através do relato dos filhos, a percepção que eles têm dos estilos e da qualidade do envolvimento parental. Para esse estudo citam-se os instrumentos: *Children's Reports of Parental Behavior Inventory*, de autoria de Schaefer (1965); Escalas de Responsividade e Exigência, de autoria de Lamborn e cols.. (1991) e traduzidas e adaptadas para o português por Gomes, Costa e Teixeira (2000) e as Escalas de Qualidade de Interação Familiar, de Weber e cols.. (2003b).

Fonseca (1995) ainda observou certas regularidades no comportamento familiar de mães que abandonaram os seus filhos. Percebeu uma raridade de casamentos legais; uma relativa instabilidade

conjugal e uma proporção alta de mulheres-chefes-de-família. Stevens, Nelligan e Kelly (2001) atentaram à imaturidade materna como determinante ao abandono, uma vez que, em sua pesquisa, a maioria das mães abandonantes era adolescente. Já Jones (1993), concluiu a partir de seu estudo, que além da pouca idade, da falta de condições econômicas e/ou sociais, um dos fatores que mais influenciaram as mães a abandonar os seus filhos foi o julgamento alheio.

Segundo Freston e Freston (1994), o perfil predominante da mãe que abandona é de uma mulher solteira, de mais de 20 anos, migrante de outro estado, de educação primária incompleta, com trabalho incerto, sem fontes maiores de sustento familiar e que engravida de uma relação eventual sem compromisso estável. A maioria dos casos de abandono, de acordo com as pesquisas dos autores acima referenciados, é determinada pela conjugação do fator econômico (pouca educação formal; salário inconstante) com o fator familiar (enfraquecimento da família extensa pela migração; ausência do companheiro). Quando existe apenas um desses fatores, a incidência de abandono é significativamente menor.

Compreende-se então, que o abandono é um fato social total que só se desvela se compreendido historicamente nas suas vertentes biológicas e psicológicas, culturais e socioeconômicas e não de um modo essencialista, seja qual for a “essência” eleita ou a sua justificação.

Objetivos

Esta pesquisa teve como objetivo geral conhecer e identificar alguns dos fatores presentes, sejam pessoais, familiares e/ou sociais, que influenciaram as mães a abandonar seu(s) filho(s).

Além disso, buscou-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar variáveis comuns na história de vida de mães que abandonaram seu(s) filho(s);
- b) Avaliar a qualidade da interação familiar a que as mães que abandonaram seu(s) filho(s) foram submetidas enquanto filhas;
- c) Investigar histórias de vidas de mães, indicadas pelas mães abandonantes, porém que nunca doaram um filho;
- d) Pesquisar a qualidade da interação familiar a que essas mães que não abandonaram foram sujeitadas em suas infâncias;
- e) Verificar semelhanças e diferenças entre as histórias de vida e a qualidade da interação familiar que ambos os grupos de mães viveram;
- f) Estabelecer relações entre os dados coletados nas entrevistas e o mencionado pela literatura.

Método

Participantes:

Foram participantes dessa pesquisa 21 mães que abandonaram um ou mais filhos, as quais constituíram o Grupo 1 (G1), assim como 21 mães que não abandonaram seu(s) filho(s), componentes do Grupo 2 (G2). O G2 foi disposto a partir da indicação dessas mães pela as entrevistadas do G1. Utilizou-se o critério de indicação das mães do G2, visando à proximidade e certa vinculação com as mães que abandonaram (G1), tentando manter, desta forma, semelhanças entre elas, sejam referentes à situação social, econômica e/ou familiar. A cada mãe abandonante entrevistada foi solicitado que a mesma apontasse uma mãe, próxima a ela, objetivando a manutenção da pesquisa. Ambos os grupos compuseram uma amostragem de conveniência e não uma amostra estratificada ou sistemática, frente à impossibilidade de obtê-la, em detrimento a peculiar característica da pesquisa e seus sujeitos. O número de mães não foi delimitado, buscou-se o maior possível.

Local:

A pesquisa realizou-se em Curitiba (PR) e em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul – Rio Grande. Os municípios foram definidos pela a facilitação ao encontro das participantes. As entrevistas aconteceram em locais escolhidos pela as mães. Em suma, realizaram-se nas residências das participantes ou em seus locais de trabalho.

Instrumentos:

Utilizou-se um roteiro de entrevista semi-estruturada, o qual encontra-se no Anexo A. Esta continha 21 perguntas; as 11 primeiras foram de rápida resposta e as seis iniciais visavam a uma identificação da participante, assim como a familiarização desta com o instrumento. As mães que abandonaram seu(s) filho(s) (G1) responderam, integralmente, à entrevista. Já as indicadas por essas e que, conseqüentemente, não abandonaram (G2), responderam somente até a questão 12, incluindo a última pergunta (21), que não se referia, necessariamente, ao abandono.

Ainda fez-se uso das Escalas de Qualidade de Interação Familiar (EQIF) que analisam e avaliam interações familiares e práticas parentais, de autoria de Weber e cols. (2003a), como se pode observar no Anexo B. Em vista disso, as escalas foram aplicadas a ambos os grupos de participantes. As autoras definem a qualidade da interação familiar a partir do exposto pelo os filhos em resposta às 72 questões da EQIF. Cada pergunta solicita duas respostas ao entrevistado, uma vez que é direcionada, separadamente, para pai e mãe. Essas compõem 12 dimensões - nove positivas e três negativas. As 12 dimensões são:

1. Relacionamento Afetivo: analisa o recebimento de afeto da criança por seus pais;
2. Envolvimento: preconiza a participação dos pais na infância dos filhos;
3. Regras: envolve a apresentação de limites pelo os genitores aos filhos. Elas regulam, dirigem e/ou regem a interação da família;
4. Reforçamento: visa à manifestação de conseqüências positivas à prole, após a emissão de comportamentos que os pais consideram adequados;
5. Punições Inadequadas: açambarcam as brigas sem importância, as agressões físicas como meio de correção ou mesmo as sem motivo aparente, que os progenitores cometem aos filhos; igualmente, compreende a conduta dos pais em descarregar na progênie seus problemas e de puni-la, de diferentes maneiras, frente aos mesmos comportamentos;
6. Comunicação Positiva por Iniciativa dos Pais: ressalta a expressão verbal e instrucional dada pelo os pais de forma específica e empática;
7. Comunicação Positiva por Iniciativa dos Filhos: examina se a criança conta o que lhe acontece, se expõe aos pais suas opiniões, preferências e problemas;
8. Comunicação Negativa: atenta o falar alto ou gritar, o xingar e fazer uso de palavrões, as ameaças que não são cumpridas e as críticas desnecessárias dos progenitores aos filhos;
9. Clima Conjugal Positivo: investiga a demonstração de satisfação e a exibição de afeto entre os cônjuges;
10. Clima Conjugal Negativo: refere-se às brigas do casal e o posterior consenso, em ocorrência e intensidade;
11. Modelo Parental: enfatiza a apresentação de valores e os exemplos perpassados aos filhos pelo os genitores;
12. Sentimentos dos Filhos: denota os pensamentos e sentimentos dos filhos em relação aos pais.

As dimensões foram avaliadas através de um sistema Likert de cinco pontos. Assim, todas as perguntas receberam duas pontuações, uma para pai e outra para mãe, o que propiciou a individual análise da relação da participante com cada progenitor. O sistema de pontuação indicava “um” à resposta “Nunca”, “dois” à “Quase nunca”, “três” à “Às vezes”, “quatro” à “Quase sempre” e “cinco” à “Sempre”, conforme a intensidade com que as mães classificaram as atitudes e comportamentos de seus pais descritos nos itens. Foi obtido o escore total de cada dimensão, separadamente, para os ambos grupos – G1 e G2 - e para cada genitor, e também, o cálculo da frequência e porcentagem de respostas às questões.

A validação das Escalas de Qualidade de Interação Familiar (EQIF) foi apresentada no IX Congresso da Sociedade Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento (Weber & cols., 2003a). Weber e cols. (2003b) visando à validade concorrente de seu instrumento cruzaram os resultados obtidos em suas escalas com os obtidos através das Escalas de Responsividade e Exigência de autoria de Lamborn e cols. (1991), traduzidas e adaptadas ao português por Gomes e cols. (2000). Maccoby e Martin (1983) propuseram uma tipologia de estilos parentais definida a partir dessas duas escalas. Classificaram os pais como autoritativos, negligentes, indulgentes e autoritários. Os resultados encontrados através do teste estatístico ANOVA mostraram haver relação significativa entre os estilos parentais e as dimensões da EQIF. Weber e cols. (2003b) mencionaram que para o processo de validação, igualmente, foram aplicados alguns testes estatísticos. A análise fatorial dos componentes principais, com rotação varimax, a análise fatorial dos componentes principais de segunda ordem, com rotação varimax e o alfa de *Cronbach* foram os testes utilizados. Muitas pesquisas aplicam somente a análise fatorial de componentes principais e o alfa, uma vez que estes já são suficientes para comprovar a validade de um instrumento. Contudo, a análise preditiva possibilita maior segurança em face à validação (Júnior & Pasquali, 1992; Weber & cols., 2003b). Os positivos resultados frente as testagens estatísticas comprovam a validade e confiabilidade da EQIF.

Procedimentos:

O contato com as mães era principiado pela a apresentação da pesquisadora e sua filiação. Logo, revelava-se à participante que se tratava de uma pesquisa sobre mães e filhos. Em ambos os grupos, iniciou-se pela

a entrevista e, a posteriori, aplicou-se a EQIF. A explicação quanto ao uso das escalas - como meio de notificar a relação da mãe com os seus pais em outrora - era de fácil entendimento pela as participantes, uma vez que já apresentavam o conhecimento de que a pesquisa visava ao envolvimento entre mães e filhos. Não se atentou qualquer dificuldade em responder ao instrumento. As questões eram lidas e assinaladas pela a entrevistadora de acordo com as respostas dadas pela as mães.

Análise dos Dados:

A entrevista foi analisada através dos métodos qualitativo e quantitativo. As questões fechadas – especificamente as quinze primeiras e a 17 e 18 – foram submetidas ao método quantitativo. Desse modo, fez-se uso do aplicativo Statistical Package for Social Science, o SPSS, o qual executa rápida e facilmente procedimentos estatísticos. Já as questões abertas (16, 19, 20 e 21) foram sujeitadas à análise qualitativa. A codificação e exame dos dados foram realizados através da análise de conteúdo, segundo a perspectiva de Bardin (1977). Esta se exibiu em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Visando à categorização das respostas, realizou-se parágrafos sínteses tangentes a cada pergunta aberta do roteiro, ou seja, contendo as respostas das participantes; bem como o cálculo de percentuais de cada resposta, o que possibilitou a análise e discussão dos resultados.

As Escalas de Qualidade de Interação Familiar (EQIF) foram analisadas quantitativamente, conforme a proposta de Weber e cols. (2003a). Fez-se uso do software SPSS para aprestamento dos dados. A classificação da qualidade da interação familiar a que as participantes foram submetidas em suas infâncias foi feita com base nos cálculos do escore total, de cada dimensão, para pai e mãe separadamente; além dos cálculos das freqüências e, conseqüentemente, das porcentagens, obtidas em cada uma das 12 dimensões da EQIF e para ambos os genitores. Tal procedimento, embora não tenha favorecido a criação de grupos típicos de interação familiar, possibilitou a percepção dos altos e baixos índices freqüenciais e percentuais, ou seja, dos níveis de envolvimento familiar das entrevistadas em suas infâncias. Cabe fazer menção ao teste estatístico alfa de Cronbach, que foi aplicado às respostas das mães à escala com intuito de assegurar a consistência interna do instrumento para a amostra pesquisada. O alfa total foi de 0,9812. Ainda utilizou-se o teste de Mann-Whitney, a fim de comprovar se ambos os grupos, G1 e G2, apresentavam diferenças significativas entre si, ou seja, se através da EQIF, podia-se constatar distinta qualidade de interação familiar a cada grupo e, respectivamente, a cada genitor. A prova U de Mann-Whitney, nomenclatura atribuída ao instrumento, trata-se de um teste não-paramétrico indicado a pequenos grupos amostrais (Siegel, 1975). Os resultados evidenciados assentaram a existente diferença na qualidade de interação familiar na infância das mães que abandonaram seu(s) filho(s) em razão àquelas que não o cometeram.

Resultados

Os dados dessa pesquisa esclareceram alguns mitos e ressaltaram algumas verdades. As comparações entre os grupos permitiram traçar lídimos perfis entre as mães que abandonaram seu(s) filho(s) e àquelas que não abandonaram sua pro gênite.

O instrumento EQIF - Escalas de Qualidade de Interação Familiar - permitiu alcançar o objetivo geral, o qual previa identificar e diferenciar, além de fatores pessoais e sociais, também os familiares, envolvidos na decisão de abandonar ou não um filho pela a mãe. É digno de nota o adendo que concerne à relação da mãe com os seus genitores, em outrora, considerando-a capaz de influenciar a decisão do abandono. A entrevista, primeiro instrumento utilizado na coleta de dados, detectou os aspectos sociais e pessoais das mães frente ao ato de abdicar do filho. Assim, foi possível assentar as diferenças percebidas entre as mães que abandonaram seu(s) filho(s) e aquelas que não abandonaram, caracterizando, indubitavelmente, o perfil de ambos os grupos.

Os grupos mostraram-se totalmente distintos entre si e o teste de Mann-Whitney demonstrou as significativas diferenças entre eles através das Escalas de Qualidade de Interação Familiar. Os escores encontrados em cada dimensão, para cada grupo de mães, foram completamente dessemelhantes. As dimensões Relacionamento Afetivo, Reforçamento e Envolvimento foram as mais divergentes entre G1 e G2 para ambos os progenitores. Ora, ao comparar os escores totais de cada dimensão a maior diferença entre os grupos foi de 413 na dimensão Relacionamento Afetivo entre os pais e de 413 entre as mães; 410 na dimensão Reforçamento entre os pais e de 419 entre as mães e 390 na dimensão Envolvimento entre os pais e 418 entre as mães. Logo, firmou-se: as mães abandonantes não experienciaram relações afetivas, envolvimento parental e não receberam reforços positivos, influenciando diretamente em sua auto-estima e afeto. Segundo Grusec e Lytton (1988), a extrema falta de afeto e/ou rejeição parental associada à punição recebida dos pais contribui para o desenvolvimento de comportamentos agressivos e delinqüentes no filho.

À vista da retórica impingida através das entrevistas e do advogado em resposta a EQIF, tornou-se evidente que as mães abandonantes da pesquisa tinham entre 26 e 30 anos de idade; possuíam um companheiro, mas não estavam casadas legalmente; tiveram, em média, quatro filhos e abandonaram dois; residiam com o companheiro e filhos; nunca abortaram; não concluíram o ensino fundamental; trabalhavam

como donas de casa e sua família sustentava-se com uma renda mensal de um salário mínimo. Essas mães tinham menos de 20 anos quando abandonaram o primeiro filho; viviam com um companheiro no momento do abandono; a criança tinha menos de um mês de vida e foi abandonada no próprio hospital em que nasceu. O pai da criança soube da possibilidade do abandono e incentivou a mãe a cometê-lo, permitindo a ressalva de que os pais, semelhantemente, foram pais abandonantes. As mães abandonaram alegando a falta de dinheiro e/ou emprego; propagaram que assim faziam o melhor pela criança e permaneceram salientando isso, ou seja - que fizeram o melhor pelo filho e que ele estava bem - no momento da entrevista. Se pudessem mudar algo em suas vidas, essas mães aprestaram que trariam o filho de volta.

No que tange à infância com a família de origem, apercebeu-se que as entrevistadas que abandonaram seu(s) filho(s) não apresentaram um bom relacionamento afetivo e envolvimento com seus progenitores; afirmaram certa exposição de limites e regras pela as mães, em detrimento aos pais, porém total ausência de reforçamento por ambos, bem como a constante ocorrência de punições inadequadas. Cabe a menção que elas não denunciaram punições inconsistentes, permitindo o adendo, que foram punidas inadequadamente, porém de forma consistente. Inserido aos maus tratos, examinou-se os abusos físicos sem ter feito algo errado, os quais foram referidos, significativamente, em razão aos pais. Esses batiam nas entrevistadas e mantinham uma comunicação negativa com elas. As mães, por sua vez, batiam menos, mas faziam uso, diligentemente, de abuso verbal. Elas manifestavam maior comunicação nociva às filhas que os pais. A comunicação positiva com ambos os genitores, tanto por iniciativa deles quanto das próprias entrevistadas, era inexistente. O clima conjugal entre o casal, segundo as filhas, era ruim, tornando evidente a propagação do clima conjugal negativo. Ademais, foi notória certa perpetuação de exemplos e valores pela as mães das participantes, além da demonstração de alguns sentimentos de amor. Outrossim, apesar das mães das entrevistadas fazerem notar, em duas dimensões da EQIF, melhor conduta que os pais, essa foi apontada apenas às dimensões que impõem limites (Regras) e apresentam valores (Modelos), não se referindo àquelas que envolvem afeto e comunicação. Isso permitiu inferir: o G1 experienciou, em outrora, inadequada interação familiar com ambos os pais e, à vista disso, ressaltou-se que as mães abandonantes foram filhas abandonadas – inseridas em uma infância marcada por maus tratos e negligência parental.

Com efeito, as entrevistadas que compuseram o G2 inocularam-se ao perfil: eram donas de casa com idade entre 31 e 35 anos, possuíam uma relação estável, porém não legalizada, com um companheiro e residiam, no momento da entrevista, com este e sua prole. Eram mães de dois filhos, que nunca abortaram, com pouca escolarização (ensino fundamental incompleto) e renda familiar mensal de dois a três salários mínimos. Essas mães aspiravam a melhores estudos como garantia de um bom emprego.

Em referência à interação das entrevistadas com seus genitores em suas infâncias, atentou-se a um relacionamento e envolvimento afetivo mais presente e assertivo, em detrimento às mães do G1. Igualmente, viu-se maior apresentação de limites por ambos os progenitores e reforços mais consistentes, freqüentes e sistemáticos. Quanto a punições, as mães perpassaram a constante ocorrência de inadequadas punições por seus pais e uma menor incidência concernente a suas mães. No que tange às inconsistentes, a amostra, como o G1, manifestou sua inexistência. As participantes identificaram certa comunicação positiva, tanto por iniciativa dos genitores quanto delas mesmas, mas, concomitantemente, expuseram a presença de comunicação negativa em seus relacionamentos familiares. Similarmente, apontaram a aspectos afirmativos e nocentes da vida conjugal dos pais. É imprescindível dar ênfase à permanente propagação de modelos pelo os genitores, possibilitando às entrevistadas do G2, amiúdes expressões de exemplos e valores em suas infâncias. Não obstante, mencionaram alguns sentimentos positivos aos pais ao recordarem a meninice. Sendo assim, exprimiu-se: as mães que não abandonaram seu(s) filho(s) vivenciaram uma infância mais adequada do que as mães que abandonaram, permeada não só de considerações onerosas - como as mães abandonantes - mas também condescendidas, firmadas com primazia nas dimensões da EQIF.

Em vista, aduziu-se às notáveis semelhanças referentes aos aspectos sociais, econômicos e culturais, entre as mães de ambos os grupos, e divulgados em suas respostas à entrevista. Apercebeu-se que elas se incorporaram em um único contexto. Indubitavelmente, o qual mostrou-se parte de uma sociedade que apontou à realidade de 10 milhões de brasileiros que se encontram desempregados; aos 30 milhões que passam fome e aos 41 milhões que não têm trabalho com carteira assinada - situação dificultada pelo o fato de não ter completado o ensino fundamental - como 29% da população com mais de 25 anos de idade (dados exibidos na edição de março de 2004 da revista Veja). Por conseguinte, foi notória a dessemelhança, entre G1 e G2, face à qualidade da interação familiar a que essas mães foram sujeitadas em suas infâncias. Ora, foi dada a razão à influência das experiências pregressas na decisão de abandonar o(s) filho(s), ou seja, as mães submetidas à negligência e/ou abandono em suas infâncias reportaram essas as suas vivências maternantes.

A presente pesquisa então aclarou onde e como ocorreu o abandono materno, assim como apresentou as circunstâncias e as mães mais predispostas a cometê-lo. Desse modo, almeja-se que a identificação de alguns aspectos presentes no abandono de um filho pela a mãe tenha suscitado novas questões e interesse ao tema. O aprofundamento à questão do abandono é necessário, considerando que a

presente pesquisa, por ter feito uso da seleção racional, ou seja, da amostragem intencional, não é representativa e, portanto, não pode ser generalizada à população abandonante. Novas pesquisas, e, conseqüentemente, seus pesquisadores devem se deter à busca de mais mães abandonantes. Elevadas amostras possibilitam maiores generalizações e mais pesquisas ao tema permitem o estabelecimento de sugestões e medidas preventivas. Assim, busca-se respostas capazes de orientar as políticas brasileiras, as ações institucionais e o trabalho dos profissionais envolvidos, para que sejam encontradas formas pertinentes e capazes de atender às demandas das mães que abandonam, dos diretamente abandonados e da sociedade, a qual em geral, é motivadora à prática.

Então, exige-se a necessidade de conscientização social e de mobilização governamental, referente às frentes ainda não atendidas e que, sumamente, coadunam às demandas básicas da sociedade. Ainda integra-se à profilaxia deste processo, oferecer um conhecimento aprofundado, à comunidade de um modo geral, mobilizando recursos adequados às necessidades da mãe e da criança, saindo da postura, notoriamente pregada, de censura crítica.

Referências

- Ariès, P. (1981). História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Badinter, E. (1985). Um amor conquistado: O mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bardin, L. (1977). Análise de Conteúdo. Paris: Edições 70.
- Becker, M. J. (1994). A ruptura dos vínculos: quando a tragédia acontece. Em S. *Kaloustian (Org.), Família Brasileira: a Base de Tudo* (pp. 60-76). São Paulo: Cortez.
- Bonomi, C. (2002). Identification with the aggressor. *Psychoanalytic Dialogues*, 12(1), 153-158.
- Bowlby, J. (1998). Perda, Tristeza e Depressão. São Paulo: Martins Fontes.
- Chodorow, N. (1990). Psicanálise da maternidade: Uma crítica a Freud a partir da mulher. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Darling, N. & Steinberg, L. (1993). Parenting style as context: An integrative Model. *Psychological Bulletin*, 113, 487-496.
- Fonseca, C. (1995). Caminhos da adoção. São Paulo: Cortez.
- Forna, A. (1999). Mãe de todos os mitos: Como a sociedade modela e reprime as mães. Rio de Janeiro: Ediouro.
- Freston, Y. M. B. & Freston, P. (1994). A mãe biológica em casos de adoção: Um perfil da pobreza e do abandono. Em F. Freire (Org.), Abandono e Adoção II (pp. 81-90). Curitiba: Terra dos Homens.
- Gilberti, E.; Chavanneau de Gore & Taborda (1997). Madres excluídas. Buenos Aires: Editorial Norma.
- Gomes, W. B.; Costa, F. & Teixeira, M. (2000). Responsividade e exigência: Duas escalas para avaliar estilos parentais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13(3), 465-473.
- Gonçalves, M. A. (1987). Expostos, roda e mulheres: A lógica da ambigüidade médico higienista. Em A. Almeida (Org.), Pensando a Família no Brasil (pp. 73-80). Rio de Janeiro: Espaço e Tempo.
- Grusec, J. E. & Lytton, H. (1998). Social development: History, theory and research. New York: Springer-Verlag.
- Hart, S. (1991). From property to person status. *American Psychologist*, 46(1), 53-59.
- Holden, G. W. & Edwards, L. A. (1989). Parental attitudes toward child rearing: Instruments, issues and implications. *Psychological Bulletin*, 106, 29-58.
- Hrdy, S. B. (2001). Mãe natureza. Rio de Janeiro: Campus.
- Júnior, B. P. & Pasquali, L. (1992). Validação do teste do desenvolvimento da integração viso-motora (VMI) para uso no Brasil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 8(2), 187-205.
- Lamborn, S. D.; Mounts, N. S.; Steinberg, L. & Dornbusch, S. M. (1991). Patterns of competence and adjustment among adolescents from authoritative, authoritarian, indulgent, and neglectful families. *Child Development*, 62, 1049-1065.
- Lipps, A. J. (2002). Attachment, post-traumatic stress, and attitudes toward intimate partner violence: a model proposed to explain relationships between populations that abuse intimate partners and that abuse psychoactive substances. *Human Development*, 63(2), 15-58.
- Maccoby, E. & Martin, J. (1983). Socialization in the context of the family: Parent-child interaction. Em E. M. Hetherington (Org.), Handbook of child psychology. v. 4. Socialization, personality, and social development (4ª ed., pp. 1-101). New York: Wiley.
- Marcílio, M. L. (1998). História social da criança abandonada. São Paulo: Hucitec.
- Motta, M. A. P. (2001). Mães Abandonadas: A entrega de um filho em adoção. São Paulo: Cortez.
- Pouchard, M. A. (1997). Adoptar un hijo hoy. Barcelona: Planeta.
- Reppold, C.; Pacheco, J.; Bardagi, M. & Hutz, C. (2002). Prevenção de problemas de comportamento e desenvolvimento de competências psicossociais em crianças e adolescentes: Uma análise das práticas educativas e dos estilos parentais. Em C. Hutz (Org.), Situações de Risco e Vulnerabilidade na Infância e Adolescência: Aspectos Teóricos e Estratégias de Intervenção (pp. 9-51). São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Roig, A. M. & Ochotorena, J. P. (1993). *Maltrato y abandono en la infancia*. Barcelona: Ediciones Martínez Roca S. A.
- Schaefer, E. S. (1965). Children's reports of parental behavior: An inventory. Child Development, 36, 413-124.
- Sherr, L. & Hackman, N. (2002). Abandoned babies – abandoned issue. Counselling Psychology Quarterly, 15(2), 153-159.
- Siegel, S. (1975). Estatística não-paramétrica. São Paulo: McGraw-Hill
- Stevens, S.; Nelligan, D. & Kelly, L. (2001). Adolescents at risk for mistreating their children. Child Abuse and Neglect, 25(6), 753-769.
- Trindade, J. M. B. (1999). O abandono de crianças ou a negação do óbvio. Revista Brasileira de História, 19, 1-15.
- Watanabe, H. (2002). The transgenerational transmission of abandonment. Journal of Comparative Family Studies, 29(1), 187-205.
- Weber, L. N. D. (2000). Filhos de ninguém. Conjuntura Social: Crianças e Jovens, 4, 30-36.
- Weber, L. N. D. & Kossobudzki, L. H. M. (1996). Filhos da solidão: Institucionalização, abandono e adoção. Curitiba: Governo Paraná.
- Weber, L. N. D.; Brandenburg, O. J. & Viezzer, A. P. (2003b). Análise preditiva das escalas de qualidade de interação familiar (EQIF). Resumos da XXXIII Reunião Anual de Psicologia, Belo Horizonte, pp. 234-235.
- Weber, L.N.D. (2004). Aspectos psicológicos da adoção (2ª. ed.). Curitiba: Juruá.